

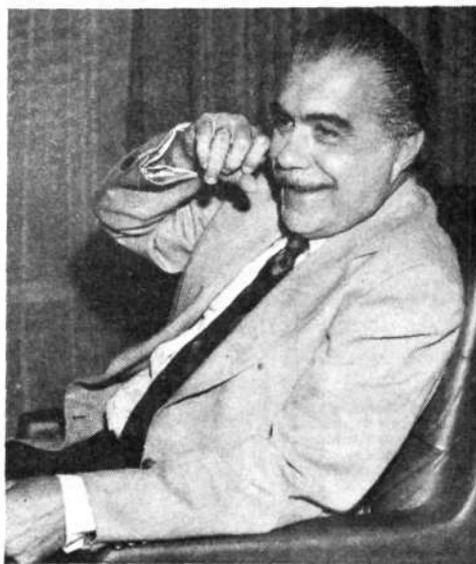
Arenista se une ao MDB e condena a prorrogação

O senador José Sarney voltou a defender, ontem, a coincidência de eleições em 1982, com a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, argumentando que há necessidade de o novo Congresso elaborar uma legislação complementar para a organização de novos partidos, não sendo viável, portanto, a realização de pleito em 1980, quando poderão ser sacrificadas algumas lideranças que estejam trabalhando em torno da constituição de novas agremiações.

O parlamentar arenista lembrou, ainda, que poderá ser adotado no País o sistema de voto distrital, sendo este talvez um dos mais importantes motivos que justifique o adiamento das eleições municipais, posto que haverá necessidade de divisões de áreas e estabelecimentos de critérios para o modelo político pretendido. Mesmo não sendo as eleições municipais efetivadas em termos distritais, há substancial interesse dos políticos em dividir as áreas para desenvolver trabalho de base que se torna imprescindível no referido sistema.

APERFEIÇOAMENTO

José Sarney assinalou que muitas vezes as eleições municipais podem até criar dificuldades políticas, sobretudo quando se pretende aperfeiçoar um regime com modificações profundas em suas estruturas. Adiantou que é favorável às eleições permanentes, mas o que se deve observar, nesta oportunidade, é que não há razões para um pleito municipal de mandato - tampão de dois anos, sacrificando algumas lideranças municipais, dificultando as pretensões dos



José Sarney volta a defender prorrogação

políticos em ampliar o quadro partidário e, principalmente, gerando conflitos de áreas que poderão ser prejudiciais para um sistema político novo que se busca.

Indagado se considerava a prorrogação dos mandatos municipais e o conseqüente adiamento das eleições como fator de combate à inflação, esclareceu que não vinculava o exercício periódico de eleições a gastos que venham ocasionar ou agravar a inflação, mas às conveniências de ordem política, respaldadas, exatamente, nas reformas que estão sendo esperadas por toda a Nação.

Quanto ao confisco de bens do grupo Lutfalla, que teria reflexos para o exercício de Governo de Paulo Salim Maluf, limitou - se a acentuar que não vê "nada que vincule o ato presidencial ao governador eleito".